

INCLUSÃO E REJEIÇÃO: AS DICOTOMIAS ENCONTRADAS AO TRATAR A HOMOFOBIA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA UNIVERSITÁRIA

Cíntia Bandeira Chavarri Gomes; João Vitor Rodrigues Martins

Projeto de Extensão - Universitários Vão à Escola - UVE

Universidade de Brasília

comunicao.uve@gmail.com

cinthiabchavarri@gmail.com

joaovitormartins2@gmail.com

Resumo

O presente artigo pretende apresentar e discutir as diferentes formas de como a dissidência sexual é tratada no contexto de atividades do Projeto de Extensão Universitários Vão à Escola - UVE, da Universidade de Brasília - UnB, com crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em um ambiente pedagógico não formal pautado pela educação emancipatória e libertadora de Paulo Freire. Buscamos compreender os diferentes comportamentos durante o desenvolvimento do projeto, já que percebemos momentos de aceitação, valorização e respeito a sexualidades marginais, mas, também, a homofobia por meio de comportamentos violentos e excludentes verbais ou físicos. A resposta levantada passa por perceber como o conteúdo dos discursos, sejam eles de aceitação ou de rejeição da homossexualidade ou de dissidências na expressão de gênero, muda de acordo com a pessoa a que se dirige, a partir das influências de suas posições de poder dentro do contexto em questão. A homofobia enquanto xingamento, marcador de posições de superioridade e inferioridade e como expressão de uma masculinidade hegemônica é frequentemente utilizada entre as crianças e adolescentes. Entretanto, o comportamento “padrão” frente a orientadores e orientadoras, que embora constituídos por desiguais vivências se colocam dentro do espaço em questão enquanto sujeitos com o privilégio de estarem no ambiente universitário, transparece uma aceitação e uma inclusão de diferentes sexualidades. O desafio posto, então, é como trabalhar essa distinção a partir das ideias de horizontalidade e de diálogo inerentes à extensão popular.

Palavras-chave: homofobia, extensão popular, educação informal, masculinidades.

1. Introdução

O artigo apresenta discussões e experiências do Projeto de Extensão “Universitários Vão à Escola - UVE” da Universidade de Brasília, um projeto de ação continuada multidisciplinar atuante desde 2005. Nesse período, as atividades seguiram diferentes lógicas e pensamentos, chegando atualmente a um modelo que se conecta à crítica a um modelo educacional que perpassa as posições fixas entre “educador” (visto como o sujeito do fazer educacional, já que detém o conhecimento a ser depositado visando a padronização) e “educando” (posto na posição de objeto, aquele que deve “receber” o conteúdo transmitido de

maneira unilateral). Assim, atuamos em um espaço de educação comunitário na Região Administrativa do Itapoã, no Distrito Federal, com crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. A nossa proposta recai na utilização de uma metodologia dialógica e que se adequa às distintas subjetividades para trabalhar cidadania e valorização das crianças e adolescentes enquanto sujeitos-atores de suas realidades segundo uma visão de educação como uma via dupla, em que todos envolvidos aprendem e ensinam (FREIRE, 2013).

Uma questão fundante da atuação do projeto passa pelo questionamento e pela construção de mecanismos que busquem confrontar a posição de poder de orientadores e orientadoras, que mesmo formados por vivências desiguais em termos de gênero, raça, sexualidade e classe, estão na situação de saída do campo universitário para um espaço comunitário periférico distanciado do ambiente acadêmico elitizado por restrições e opressões de raça, classe, gênero, regional e de distribuição espacial urbana. Assim, a crítica ao nosso posicionamento a partir dessas dicotomias é uma ação necessária para a condução de uma prática pedagógica que se propõe horizontal e dialógica.

Localizando tais sujeitos, é preciso mencionar a configuração diversa quanto à sexualidade do conjunto de atores no contexto do Projeto UVE, ou seja, expressa tanto por orientadores, orientadoras, crianças e adolescentes. Dessa forma, a diversidade racial, de gênero e de sexualidades nos permite um lugar-chave no processo de abarcar identidades contra-hegemônicas dentro de nossas atividades e de promover um questionamento constante das expressões e reproduções heteronormativas, racistas e misóginas.

Uma das temáticas que surgem ao tratarmos homofobia é a distinção de tratamento conferida a orientadores e orientadoras e entre as próprias crianças e adolescentes. Inicialmente, encontramos uma situação de aceitação, inclusão e defesa do respeito aos membros gays, lésbicas e bissexuais do Projeto. Posição que difere completamente de como “viado”, por exemplo, é utilizado como um xingamento recorrente entre as crianças, usualmente como forma de se sobrepor e estabelecer uma relação de poder a partir da diferença sexual.

Este artigo busca, então, apresentar as discussões sobre tal assunto, propondo a formação de métodos pedagógicos fora do espectro tradicional-bancário como resposta dialógica a essas questões. Em termos metodológicos, optamos pela articulação entre a prática extensionista da UVE com uma revisão bibliográfica a partir dos campos da: extensão universitária popular, conforme posto por Freire (1983), Nogueira (2000) e Carneiro (1985);

da pedagogia do oprimido pensada de maneira dialógica, horizontal e libertária como meio de transformação social em Freire (2006, 2013); e no debate sobre a formação da homofobia enquanto recurso discursivo que cria distinções sociais e políticas a partir de uma política de repressão e guetificação em Daniel e Miccolis (1983), Modesto (2015), Schulman (2009) e Trevisan (2000).

2. Homofobia enquanto marcador de diferenças

Nos Estados Unidos, o termo “Homofobia”, foi mencionado pela primeira vez, nos anos 70. A palavra fobia refere-se à um medo exagerado e ilógico, as construções sócio-históricas brasileiras tendem a enfatizar a homossexualidade como algo anormal, o que conseqüentemente, faz com que a aversão seja legitimada por inúmeros fatores, como a religião. Como posto em,

Enquanto a heterossexualidade é definida pelos dicionários (LeGrandRobert, 1992; LePetitRobert, 1996) como a sexualidade (considerada como normal) do heterossexual e este como aquele que experimenta uma atração sexual (considerada como normal) pelos indivíduos do sexo oposto, por sua vez, a homossexualidade está desprovida de tal normalidade. (BORRILLO, 2010, p.15)

A homofobia é apresentada enquanto um processo criador e marcador de diferenças, é o ato, pensamento, ideologia que estabelece dois pólos: o sujeito, que se constitui pela adequação à normatividade e se coloca em uma situação de superioridade, e o “outro”, posto na condição de inferioridade marcada pela dúvida, pela contradição aos padrões de normalidade, pelo corpo e desejo a serem punidos e expurgados (TREVISAN, 2000). A expressão e a estrutura homofóbica não existem posteriores a distinções “naturais”, mas sim constroem as categorias e as colocam em posições social e politicamente marcadas de “maioria” ou “minorias”. Assim,

A repressão não aparece e se desenvolve para oprimir uma casta. A ação do poder consiste exatamente em definir uma raça. Isto é, postula os direitos a serem reivindicados pela minoria, na medida em que inventa, determina, institucionaliza um setor homo-gênero. A criação do grupo ou gueto não decorre de diferenças preexistentes nos indivíduos, que o poder regula e controla. No caso dos homossexuais é a própria criação da diferença que é a esfera de ação própria do poder. (...) A diferença homossexual não preexiste à opressão, mas o que esta faz é exatamente criar, cristalizar essa diferença (DANIEL, MICCOLIS, 1983, pp. 47-48).

As comunidades sexuais marginais não se constituem enquanto uma “minorias sexual” anterior à atuação do poder, que regula corpos e desejos. A repressão se constitui, assim, pela

própria constituição de identidades e sujeitos enquanto constituintes de “guetos” fora do espectro central da normatividade (DANIEL, MICCOLIS, 1983).

A homofobia atua como instrumento de um regime de sexualidades que constituem um modelo social de normalidade e diferença. O ato, a prática e o sistema homofóbico operam no sentido da produção de conclusões materiais, por meio de processos de repressão, condenação, patologização ou extermínio. A homofobia atua, então, como um marcador de inferiorização, enquanto ferramenta de um processo de “definir excessivamente aquilo que aparece como problemático e deixar implícito o que se pretende evidente e natural” (BORRILLO, 2009, p.18). Talvez, por isso, ocorra um excesso de produção de xingamentos, sentidos e frases homofóbicas construídas para demarcar o lugar inferior do “outro”.

Edith Modesto, a partir dos processos de aceitação de jovens gays, bi e lésbicas e de suas relações familiares, discute a homofobia enquanto significante de intolerância e preconceito. Ao abordar o discurso homofóbico a partir da semiótica, a autora utiliza as categorias de assimilação (tornar o diferente igual ao considerado “normal”), exclusão (completa negação), segregação (guetificação) e admissão (integração pela superação da diferença) . Assim, é possível identificar, durante as atividades, uma multiplicidade de ações das crianças e adolescentes que oscilam entre tratar a diversidade sexual a partir da exclusão, da segregação ou da admissão (MODESTO, 2015).

Ao articular a homofobia enquanto marcador de hierarquias nas suas relações, as crianças e adolescentes operam a partir da lógica da exclusão ou da segregação, já que os termos “viado”, “mulherzinha”, “fresco” e “sapatona” (embora usado com menor frequência, o que sugere uma discussão própria sobre o entendimento da lesbofobia e de sua atuação enquanto marcar discursivo de diferenças políticas) são usados enquanto formas verbais agressivas na tentativa de sobreposição em relação ao outro ou de sua negação no espaço das atividades. Dessa forma,

Discriminar pressupõe um poder fazer mal. É um poder fazer de um sujeito que sofre a falta da organização social homogênea de sua preferência e faz quem é diferente daquele padrão sofrer desprestígio. Discriminar é um ato resultante das paixões de preconceito, desconfiança, suspeita, etc, paixões de não benquerer que, quando exacerbadas, geram esse ato de agressividade orientada pela falta, um ato hostil para afirmação de si próprio e diminuição do outro. Discriminar é estabelecer diferença, separar, preterir, e pode fazer parte do percurso narrativo de um destinador-julgador intolerante. Antes de estabelecer diferenças, de preterir, há o fazer cognitivo de julgar. O sujeito crê que seus valores são melhores do que os do outro sujeito (indivíduo, grupo, instituição, nação). Essa crença constrói uma imagem negativo do outro e formam-se dois grupos: os dos melhores e os dos piores, próprios da segregação (MODESTO, 2015, p. 36).

Uma situação que se constitui diferentemente, entretanto, dos discursos de aceitação sobre a sexualidade marginal de orientadores e orientadoras, que demonstram e conversam abertamente sobre suas sexualidades. Assim, é possível analisar um processo de agregação e de bem-querer das crianças e adolescentes em relação àqueles que se constituem enquanto figuras postas na posição de poder de pessoas mais velhas e advindas de um universo elitizado da Universidade. Em contrapartida, há uma ação e um discurso de mal-querer frente ao desvio sexual em relação a seus semelhantes. Ainda em termos da análise dos discursos de intolerância pela semiótica, a autora contrapõe a figura do “viado”, enquanto o “safado, imoral, pecador, doente, viciado”, e a do “gay”, o “mais inteligente, sensível, criativo, educado, bom filho”, enquanto diferentes estereótipos articulados ao falar sobre a homossexualidade masculina. É possível, então, captar como a homofobia é desigualmente articulada a partir dos posicionamentos do seu alvo (MODESTO, 2015, p. 36).

A relação de dominação do homem sobre a mulher, segundo Bourdieu (1998), é pautada na legitimação de uma natureza biológica, que é, por sua vez, uma construção social naturalizada. Essa relação de dominação está “inscrita” de forma implícita nas relações, tanto nas rotinas de divisão do trabalho, como em rituais coletivos e privados. Entretanto, essa relação de dominação não tem implicações negativas somente para as mulheres, tendo em vista que os homens também se tornam vítimas da representação dominante, pois, para Bourdieu (1998, on-line) “ser homem, no sentido de *vir*, implica um dever-ser, uma *virtus*, que se impõe sob a forma do ‘é evidente por si mesma’, sem discussão”. Dessa forma, ao receber o xingamento “viado”, os meninos assumem isso como uma condição que contraria a normatividade, e seria, portanto, uma posição de inferioridade, posta por Daniel e Miccolis (1984). A busca para a reversão desse quadro, passa, então, pelo recurso à violência verbal ou física, objetivando a afirmação de sua masculinidade pela reivindicação de uma posição de superioridade em relação aos colegas.

É possível pensar, nesse sentido, em um sistema piramidal de masculinidades, que ocupam diversas posições de poder, que origina a configuração de uma “ordem de gênero, orientada em torno da premissa de dominação de alguns grupos de homens sobre outros homens e sobre as mulheres” (SEFFNER, 2009, p. 47). Tal disposição nos permite pensar na pluralidade de possibilidades de existência de uma hegemonia masculina. Assim,

atravessadas por questões de classe, raça, de mobilidade, entre outras, as masculinidades existem a partir de margens e centros, estabelecendo relações distintas entre si (SEFFNER, 2009). Um olhar assim construído se faz necessário ao abordar as questões dentro do âmbito do Projeto UVE, pela configuração e apresentação de diferentes formas de expressões de masculinidades em seu contexto, não sendo possível, assim, uma polarização única entre “masculinidade” e “feminilidade” sem analisar as intersecções estabelecidas.

3. Homofobia no projeto de extensão

Ao tratar tais questões a partir da lógica extensionista popular, buscamos romper com as respostas pedagógicas tradicionais a situações de violência. Recusamos, assim, uma postura de depositar conteúdos certos e fixos, sem uma consideração sobre a realidade contextual e sobre como a educação necessita ser um processo dialógico em que todos os envolvidos se constituam enquanto atores que aprendem e ensinam. A resposta apontada passa pelo “rompimento da rigidez e da unilateralidade da relação educador-educando”, prezando pela capacidade criativa e autônoma das crianças e adolescentes para articular as ideias sobre desejo, sexualidade, gênero, aceitação, exclusão e homofobia, segundo seus próprios termos (FREIRE, 2013).

O Projeto UVE se lança no desafio de pensar a educação como campo fundamental na luta contra a discriminação, já que a prática pedagógica pode ser vista como um “espaço estratégico para a formação cidadã e a transformação social”, já que “ao construir e transmitir conhecimento, ela também fabrica sujeitos e subjetividades” (JUNQUEIRA, 2009b, p. 162). Um espaço educacional que se propõe a questionar a lógica de disciplina e de normalização e reprodução de desigualdades passa por um processo, como posto por Rogério Junqueira (2009b), de “desestabilização das lógicas e dos compromissos tradicionais próprios de uma política educacional concebida para estar a serviço de poucos” (p. 162). Ainda utilizando o autor, é possível destacar que:

Uma política pública educacional com propósitos inclusivos deve procurar subverter os valores hegemônicos e as relações de poder que nortearam a edificação de uma escola para poucos. Igualmente, precisa investir no debate dos critérios que habitualmente adotamos para avaliar e classificar o mundo, as coisas, as pessoas e suas atitudes (JUNQUEIRA, 2009b, p 163)

Para tanto, é imprescindível discutir a pedagogia do insulto, como posto por Guacira

Louro (2010) presente nos ambientes educacionais e como a homofobia é articulada por meio de brincadeiras, apelidos, expressões, insinuações e agressões físicas. O questionamento sobre a homofobia a retira, então, do espaço de consentimento comum no cotidiano escolar. Dessa forma, é possível retomar o debate promovido por Junqueira (2009a) na construção de uma educação para a diversidade, na diversidade e pela diversidade, voltada pelo estímulo da criatividade e da ação emancipatórias que surgem de ações e inquietações desestabilizadoras de crenças, reproduções e autoritarismos opressivos vigentes na escola. Assim,

Ao se falar de educação na diversidade, enfatiza-se a perspectiva de incluir outro e assegurar seu pertencimento a todos os espaços sociais sem subalternizá-lo. A educação para a diversidade acentua a abertura para o novo, para o reconhecimento da legitimidade da diferença, para a reflexão acerca da produção de diferenças e semelhanças e, não menos importante, para a crítica das relações de poder que presidem suas produções. Educar pela diversidade implica procurar se valer das potencialidades pedagógicas oferecidas pela própria diversidade (JUNQUEIRA, 2009a, p. 412).

Para construir tal ação pedagógica, o Projeto UVE se baseia nos ideais extensionistas que apontam para um processo educacional em que ambos os atores se constituam como sujeitos, que educam e aprendem concomitantemente. Assim, abordamos a homofobia nas nossas atividades saindo de uma possibilidade repressiva e autoritária quando nos deparamos com sua expressão através de xingamentos e brincadeiras. A quebra da rigidez do sujeito-educador e do objeto-educando, assim como um questionamento sobre uma educação de depósito de conteúdo sem um reconhecimento das possibilidades de construção de conhecimento das crianças e adolescentes por si próprias, permitem a construção de atividades e dinâmicas que levem em consideração as realidades e as diferentes subjetividades das crianças e dos adolescentes.

4. Considerações finais

Pretendemos, então, apresentar o debate promovido a partir da experiência extensionista popular do Projeto UVE em Itapoã. Na prática, a homofobia e os processos de aceitação e exclusão de sexualidades marginais não se constituem a partir de um bloco único

e fixo. As questões apontadas demonstram como tais discursos opressivos se interseccionam com questões de classe, raça e gênero.

Pensar a diferença de como os discursos de aceitação e de exclusão envolvendo sexualidades marginais atuam dentro das relações do projeto é crucial para trabalhar na construção de uma espaço acolhedor das diferenças, mas também para a construção de uma cultura mútua de respeito e inclusão das diversidades. Utilizando as noções que analisam como a homofobia e a lesbofobia atuam enquanto marcadores de diferenças políticas entre os sujeitos, discutimos ao longo do desenvolvimento de nossas atividades como esse processo de diferenciação não ocorre de maneira única, mas sim recortado por questões de classe, gênero, raça e pertencimento espacial.

Diante disso, é possível afirmar que o projeto UVE tem o objetivo de que as crianças se sintam em harmonia com sua personalidade, evitando que estas mascarem seus anseios por se sentirem pressionadas com os padrões impostos pela sociedade.

Referências Bibliográficas

BORRILLO, Daniel - A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (orgs.). **Homofobia & Educação** - um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres e Editora Unb, 2009.

_____. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Extensão Universitária: versão e perversões** - Estudo tentativo de identificação do débito social das Universidades Federais do Nordeste. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

DANIEL, Herbert, MICCOLIS, Leila. **Jacarés e Lobisomens**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** - Rio de Janeiro, 7º edição, Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da esperança**. 13º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 54º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**.

Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) e UNESCO, 2009.

_____. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (orgs.). **Homofobia & Educação** - um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres e Editora Unb, 2009.

MODESTO, Edith. **Homossexualidade: Preconceito e Intolerância familiar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dória Santos de (org.). **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SEFFNER, Fernando - Resistir e(é) multiplicar a circulação entre margens e centros: ideias um pouco desarrumadas, p. 43-58. In: **Bagoas**: revista de estudos gay, V. 3, n. 04, jan./jun. 2009

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca do reconhecimento. **Bagoas**: revistas de estudos gays, V. 3, n. 4, jan./jun. 2009

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Ed. revista e ampliada. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.